



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA COMISSÃO DE FINANÇAS
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ,
EM CONFORMIDADE COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025.**

PRESIDENTE – VER. JOSÉ LUIZ CASSIMIRO, ZÉ LUIZ CASSIMIRO.

SECRETÁRIO DE FINANÇAS – SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA.

- Às 18h24min, o Sr. Presidente, José Luiz Cassimiro, dava por aberta a presente Audiência Pública -

A SRA. PRESIDENTA – Bem –vindos.

Agradecer a presença do nosso Secretário de Finanças Vagner, dos nossos Vereadores Rangel, Danilo do Teco, da assessoria da Secretaria de Finanças, a Andressa Dias, convidar para compor a mesa conosco. O Dr. Adriano Paciente, que já está aqui conosco na mesa.

Cumprimentar a cada um e cada uma.

Essa é a audiência pública da comissão de finanças da Câmara Municipal de Mauá.

Agradeço também a quem está nos acompanhando pela internet.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

Declaro aberta a presente Audiência Pública, realizada em conformidade com o parágrafo único, inciso I, artigo 48 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentada nesta edilidade pela Resolução nº 04, de 25 de outubro de 2001.

Esta audiência refere-se à apresentação e discussão do Projeto de Lei que estima receita e fixa despesa das administrações direta e indireta do município de Mauá para o exercício de 2026, orçamento 2026.

A presente audiência, de acordo com a citada Resolução, constará das seguintes partes: exposição pelo representante do Poder Executivo, manifestação dos Parlamentares, manifestação dos representantes de entidades, manifestação dos munícipes, réplicas pelo representante do Executivo e pelos Secretários Municipais citados nas exposições e encerramento.

Quero registrar que o Sr. Prefeito Municipal Francisco Marcelo de Oliveira, foi oficiado, comunicando assim os Secretários Municipais, e que em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 36º do Regimento Interno, a convocação da presente audiência foi feita por publicação eletrônica no Diário Oficial do Município.

Quero registrar ainda que esta audiência está aberta à população, sendo transmitida ao vivo pelo portal desta Câmara Municipal na internet e que todas perguntas e manifestações podem ser encaminhadas a qualquer momento desta audiência para o e-mail audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

Ressaltar a presença do Juninho, Presidente da Câmara.

Quero ressaltar e agradecer a presença do Secretário de Finanças, meu companheiro e amigo Vagner Minervino, que fará a exposição.

Agradecer a presença do controlador-geral do município, Dr. Adriano Paciente, bem como da equipe: Vanessa Nogueira, Jocifran Dantas Silva, Ana Aquino e Teolina Santos Silva.

Reforço e agradeço a presença dos Vereadores Juninho Getúlio, Rangel Souza e Danilo do Teco; do Sr. Claudionor Vale, diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento; Andressa Dias, que está compondo a mesa conosco, coordenadora de planejamento e execução orçamentária; Adriana Angel Lopes, contadora da Secretaria de Finanças.

Na sequência, de acordo com o regulamento, teremos a exposição pelo Secretário de Finanças, lembrando a todos que nos acompanham pela internet que podem nos enviar suas perguntas para o e-mail audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br, não esquecendo de colocar a sua identificação e sua entidade que representa, se for o caso.

Lembrando ainda que as manifestações das entidades deverão ter o prazo máximo de 05 minutos cada, e cada munícipe terá 02 minutos.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Vagner Minervino da Rocha para exposição.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Boa noite, Vereador José Luiz Cassimiro, nosso Presidente desta comissão de finanças da Câmara, Vereador Danilo do Teco, Rangel, nosso Presidente da Câmara, Juninho Getúlio, colegas do poder Legislativo, colegas do poder Executivo, Controladoria, Adriano Paciente, minha colega Andressa.

É com satisfação que nós vamos apresentar aqui os dados da lei orçamentária anual de 2026 a partir de agora.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Secretário inicia a apresentação do relatório.)

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Basicamente é isso. Nós ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Secretário.

Registrar e agradecer a presença dos Vereadores Madeira, Alexandre Vieira, Leonardo Alves, Dênis Caporal.

A palavra está aberta.

Com a palavra o Vereador Leonardo Alves.

O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO – Cumprimentar o presidente dessa audiência, Vereador José Luiz Cassimiro, cumprimentar toda equipe da Secretaria de Finanças, em nome da Nice, que está aqui presente, nosso Secretário Wagner Minervino, a controladoria-geral do município, Vereadores presentes,

Parabenizar o trabalho de toda a equipe pelo controle fiscal, os reconhecimentos que têm sido feitos por vários prêmios.

A gente se preocupa com a dívida do município. Então, a gente queria que você pudesse detalhar para a gente qual é a dívida, como a dívida está sendo organizada, qual prazo que nós temos. Existe algum diagnóstico para a gente reduzir? Porque 7% no orçamento é de dívida.

Em contrapartida, nós temos falado diversas vezes da questão de esporte e lazer. A gente sabe que quando a gente investe em esporte e lazer, a gente está reduzindo os custos na área da saúde.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

A gente tem percorrido os ginásios e a gente sabe o quanto que a equipe, com pouco, faz muito e precisa de mais recursos nessas áreas, e a gente sabe que é urgente.

A dívida é um problema muito sério. Eu sei que não vem dessa gestão, pelo contrário, essa gestão tem tido um controle e uma responsabilidade muito grande em relação ao controle fiscal da cidade, mas é importante termos essas informações.

Esses são os meus encaminhamentos.
Obrigado, Presidente. Obrigado, equipe.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.
Com a palavra o Vereador Dênis.

O VER. DÊNIS MARTINS CAPORAL – Boa noite a todos aqui presentes.

Em nome do Secretário Vagner cumprimentar todos os funcionários da Secretaria de Finanças, todos os Vereadores aqui presentes.

Queria fazer um apontamento. O Vereador que me antecedeu também fez um destaque. É um questionamento na questão do esporte.

Para o outro orçamento eu acharia muito importante um aumento na questão do esporte. Quanto mais se investe em esporte...

Você pega aqui: o esporte tem 2%, você aumenta aqui mais 1%, é muito importante, né, as práticas esportivas.

Eu pratico atividade física quase que diariamente e sei da importância para a saúde física e mental.

Então seria até uma dúvida minha aqui, como fazer um debate para aumentar o investimento no esporte?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.
Vereador, Alexandre...

O VER. ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA – Boa noite a todos.
Quero aqui parabenizar o Zé Luiz, que está na presidência hoje. Em nome do Vagner, quero parabenizar todos aqui da Secretaria.

Vagner, eu tenho uma dúvida aqui. O Vereador Leonardo colocou aqui sobre a dívida de Mauá, que a dívida não é tão pequena, é grande. Eu queria fazer uma pergunta para você, o seguinte: sabendo dessa dívida, o que você



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

aconselharia à gestão, pegar mais empréstimo? Porque tem uma conversa que a dívida já está grande, e o governo queria pegar mais... Acho que são 250 milhões de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.

Mais algum Vereador?

Não?

Vou passar então para o nosso Secretário fazer as respostas do que foi levantado.

Vagner...

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Bom, vamos começar aqui... O Vereador Leonardo falou da dívida do município.

Salvo engano, na nossa primeira audiência aqui na Câmara, salvo engano, o Vereador estava aqui também, iniciando a legislatura anterior, ele também fez um questionamento nessa mesma linha, era o início do governo passado, já tinha uma preocupação gigante da dívida.

Quando nós chegamos aqui no município, nós nos deparamos com esse endividamento, na verdade. A gente percebeu que o município tinha, por algumas gestões em anos anteriores, uma conduta com, por exemplo, restos a pagar que era uma conduta, vamos dizer, não muito boa, porque muitas vezes havia restos a pagar num orçamento e no orçamento seguinte eles não eram pagos. E, aí, o que acontecia? Isso, em geral, quando trocava o governo. A gente viu coisas muito antigas. E, aí, quando isso acontecia, isso virava... A empresa ia, ela tinha lá o direito, ela tinha a despesa já atestada pelo município, isso virava um precatório. E o precatório é a 2ª maior dívida de Mauá.

Então, mais ou menos, mais de 400 milhões de reais que nós temos de dívidas é precatório, nós estamos classificados, em razão do nosso tamanho de receita corrente líquida, como um dos municípios com as maiores dívidas. É um grande endividamento com precatório. A grande maioria dos precatórios que nós temos em Mauá – mas a grande maioria! – são fornecedores que não receberam em gestões passadas e entraram na justiça e conseguiram o direito de receber na justiça, comprovaram que tinham prestado serviço, enfim... Então esse é um grande problema que nós temos, um enorme problema.

A emenda constitucional, a Constituição definia que nós tínhamos que pagar o precatório até o ano de 2029, todo o precatório, todo que está no saldo e todo que entrasse até aquela data, o que estava fazendo o valor do pagamento de precatório mensal só aumentar, porque, como a gente paga em razão da receita corrente líquida e o nosso volume é muito grande, para conseguir quitar até 2029 esse



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

ano nós começamos a pagar 5,5% da nossa receita corrente líquida, que é mais ou menos 01 bilhão e 600 milhões. Então 5% da receita corrente líquida de 1,6 bilhão dividido por 12 era o valor que nós estávamos pagando de precatório no começo desse ano, 06 milhões e alguma coisa.

O precatório você paga ou paga, se você não paga o Tribunal de Justiça manda sequestrar o valor; na hora que entra a parcela do ICMS, ele já sequestra o valor ou ele entra em contas bancárias nossas e pede para os bancos: “Olha, bloqueia esse valor e transfere para o Tribunal de Justiça”. Isso é o precatório que o município não pagou.

Quando nós entramos aqui, nós pegamos o município com 04 meses de precatórios não pagos pelo governo anterior.

Por conta da covid, houve uma espécie de moratória dos precatórios do 2º quadrimestre do ano. Então nos meses de maio, junho, julho e agosto o município, ele não precisou pagar precatório. Estou falando isso do ano de 2020, quando estava a pandemia. Só que aí o Conselho Nacional de Justiça definiu que o município tinha que pagar até 31 de dezembro; ou seja, as parcelas de setembro, outubro, novembro e dezembro, elas deveriam ser duplicadas; e no caso aqui o governo não fez isso.

Então, quando nós assumimos, nós encontramos esse problema: 04 meses de precatório. E logo na hora que a gente entrou o Tribunal de Justiça emitiu um sequestro de valor, logo no 1º mês, de janeiro. Então a gente precisou judicialmente reverter isso, depois disso entrou no montante da dívida.

Estou fazendo todo esse histórico para dizer para vocês o seguinte: quando nós entramos aqui, o Prefeito, Marcelo Oliveira, falou: “Olha, é o seguinte: nós vamos fazer tudo, vamos trabalhar bastante, fazer bastante coisa, fazer tudo, só que nós não vamos ficar sem pagar para ninguém”. Porque ele percebeu que essa dívida do precatório, ela se avoluma muito rápido. Quando você gera um precatório, ele é corrigido pela TJLP; ele é corrigido agora, o precatório está sendo corrigido, para vocês terem uma ideia, pela Selic. Quando a gente fala “a Selic está a 15%”, é 15% que está corrigindo o precatório. Então é uma dívida muito ruim.

E quando você paga o precatório você também paga o honorário do advogado que ganhou na Justiça o direito do precatório.

Então o que nós estamos tentando fazer para contribuir com o município, nesse caso, nesse pedaço da dívida, que é o precatório? É não ficar devendo, é pagar tudo.

Então, de quando nós entramos para cá, nós pagamos todas as despesas, nós não deixamos nada sem pagar, efetivamente.

Agora, os precatórios, eles são coisas que demoram, às vezes as ações demoram para serem julgadas. Então nós tivemos um crescimento grande do ano de 2023 para 2024. Na Justiça nós perdemos alguns valores de fornecedores do município – uns, inclusive, são fornecedores até hoje do município –, valores expressivos, o que aumenta muito o saldo do precatório de um ano para o outro, e aí



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

umenta muito a necessidade de a gente aplicar a receita corrente líquida no pagamento de precatório.

Então, em resumo, a nossa 2ª maior dívida é precatório. E nós estamos tentando pagar tudo em ordem para não gerar novos precatórios. E não estamos gerando novos precatórios. Os precatórios que nós estamos recebendo são precatórios que foram ajuizados antes do ano de 2021.

Falamos da 2ª maior dívida, vamos falar da 1ª.

A 1ª maior dívida nossa é uma dívida que nós temos com um financiamento que foi feito, salvo engano, gente, no ano de 1991. Então estamos falando já de uma porção de ano, né?

Esse financiamento foi feito para canalizar um rio, foi um recurso da Caixa Econômica que foi pego, o município teve dificuldade, não conseguiu pagar o financiamento; o financiamento foi aumentando, foi refinanciado uma vez, foi refinanciado duas vezes, o município continuou pagando; num dado momento, mais recente, depois de muitas idas e vindas, esse financiamento acabou indo para a União; era uma dívida com a Caixa; num dado momento, a União pegou esse financiamento para fazer um parcelamento, porque tinha uma condição melhor de parcelar pela União; então a União trocou com a Caixa por uma outra dívida que eu não sei qual foi e pegou a dívida de Mauá, parcelou para Mauá, e Mauá começou a pagar essa dívida antes da gestão do Donisete.

Não... Foi antes da gestão do Donisete. E aí o município começou a pagar essa dívida. Num dado momento, ele não conseguiu mais pagar. E, aí, era já o governo do Donisete. Ele tinha sequestro mensal do Fundo de Participação dos Municípios. Era um valor importante para o município naquela época. Naquela época, eram 04 milhões por mês. Naquela época, 04 milhões era um valor gigante.

E, aí, o que se sucedeu?

Houve por bem... O governo daquela época resolveu fazer um novo parcelamento do valor. Já a União, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal não podia parcelar o valor, devolveu a dívida para a Caixa. E a Caixa fez um parcelamento que no nosso ver é um parcelamento altamente danoso para a Prefeitura, para o município, altamente danoso.

Foi um bom negócio no curto prazo, nos 02 primeiros anos, 03 primeiros anos, mas como a forma de correção da dívida, ela é muito forte... Então o município começou a conseguir ver o FPM e pagar a dívida, mas a cada mês que passa, como a dívida, ela tem um prazo de vencimento, que é 2029, a cada mês que passa você tem menos meses para pagar a dívida, e a correção dela é gigantesca. Ela corrige todo mês o quê? O saldo devedor e o valor da parcela. Todo mês corrige, todo mês aumenta.

E, aí, o que nós vimos aqui? Nós vimos que no início do ano passado a dívida nunca tinha diminuído, ela só tinha aumentado. Então nós parcelamos um valor e no início do ano passado a dívida era algo como 30% a mais do que o valor que foi parcelado no governo do Donisete, pagando todo mês tudo; ou seja, nós não



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

conseguimos pagar nem os juros dessa dívida, não estávamos conseguindo pagar nem os juros. Nós só conseguimos pagar o juro inteiro e um pedacinho da dívida a partir de julho do ano passado. E, aí, ela começou a reduzir, mas só um pedacinho.

A gente tem essa dívida... Hoje nós estamos pagando algo como 05 milhões e meio todo mês, e vai aumentando. E tem um problema na forma de juros dessa dívida. É que todo mês de fevereiro ela tem um salto. Então ela corrige pelo indexador da poupança, pela TR, e ela tem mais uma correção todo mês de fevereiro. Então, além da correção do mês, ela tem uma correção em fevereiro, representando 12 meses, e atualiza tanto saldo devedor como a parcela também. Então todo mês de fevereiro ela aumenta muito a parcela, e aí ela vai indo até o final, até janeiro do outro ano, em fevereiro ela aumenta de novo.

E o que nós estamos fazendo com relação a essa dívida?

Ela é insustentável para a gente. Nós tentamos no ano passado uma ação judicial demonstrando o quanto ela é danosa para o município, demonstrando que a Caixa Econômica é um banco que deveria ajudar o setor público, ajudar a população. Não é um banco comercial, é um banco público, né? Ela não podia fazer isso com o município. E nós não conseguimos eliminar, porque foi pleiteado na época.

Então, agora, nós continuamos com a estratégia... Hoje à tarde eu tive uma reunião sobre isso inclusive. Nós estamos com uma outra estratégia de fazer um recálculo dessa dívida desde o ano que ela surgiu, passando por todas as moedas que ela passou, atualizando para hoje.

Por quê? Porque no início da gestão do Prof. Oswaldo, em meados da 3ª gestão do Prof. Oswaldo – o Zé vai saber muito mais disso do que eu, porque ele estava no governo –, o governo ajuizou uma ação, e a Justiça constituiu um perito para fazer uma análise, e o laudo pericial desse perito dizia que a gente já tinha pago muito mais do que aquilo que estava no saldo devedor. Só que conforme o estrangulamento do FPM foi se dando no governo chegou um momento que, para fazer o novo parcelamento, que seria esticar o prazo da dívida e diminuir o problema naquele curto prazo, ela teve que renunciar a essa ação, o município teve que renunciar a essa ação.

Então, agora, nós estamos com um projeto de fazer um perito, uma pessoa muito qualificada, fazer de uma outra forma, desde o início, e comprovar na Justiça que a gente já pagou a dívida, porque da nossa leitura nós já pagamos a dívida.

O problema foi que vários governos ficaram sem pagar meses, e aí quando ele ia pagar novamente os contratos incidia uma multa gigantesca, a dívida aumentava pela multa, mas não aumentava pelo juro, não aumentava pela correção do valor, aumentava por uma punição que o governo teve porque ficou 02 anos sem pagar 01 real daquela multa, parcelava com um *top*, parcelava sempre com um valor maior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Então a gente vai tentar comprovar na Justiça que nós já pagamos essa dívida. E se a gente conseguir vai ter um alívio no caixa em 2026.

Essas são as principais. Há uns parcelamentos também com o INSS, que é o 3º grupo. Esses parcelamentos montam algo como 100 milhões aproximadamente, e esses parcelamentos estão todos em dia, nós estamos pagando em dia, alguns já acabaram. Agora saiu uma PEC dando a possibilidade de a gente esticar o prazo do pagamento de dívida previdenciária, nós estamos estudando também a possibilidade de esticar esse prazo, e o juro que está sendo cobrado pela PEC é menor do que o juro que nós estamos pagando hoje. E nós vamos ver quais daqueles que se enquadram que a gente pode parcelar e deixar mais para frente, com juro menor, para aliviar também o caixa desse momento.

Então, em suma, o que nós estamos fazendo é tentar equacionar essas principais dívidas nossas aí.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Vereador Leonardo Alves questiona o Secretário, porém sem utilizar o microfone, não possibilitando o registro taquigráfico.)

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – O impacto é que nós vamos economizar o valor total, os 500 milhões não vamos pagar, os 550 milhões, e vamos economizar por mês, atualmente, hoje, 05 milhões e meio por mês. Então estamos falando de 66 milhões por ano numa dívida.

Já fazendo a ligação com a pergunta seguinte, o que o Vereador Denis Caporal falou da questão do esporte, a gente vê que estão destinados para o esporte, Vereador, quase 40 milhões para o próximo ano. Só essa dívida, ela é 50% maior do que o nosso dispêndio de esporte.

Agora, quanto ao esporte, a maior parte do valor que está colocada no esporte é para efetivamente atividades esportivas.

Quando nós elaboramos o orçamento, nós consideramos o que está em vigor, as despesas que estão contratadas; no caso do esporte, tem muitos termos de colaboração para as oficinas, para os cursos esportivos, etc. Então a gente considera esses valores e eventuais crescimentos apresentados pela Secretaria.

E, aí, o Vereador diz: “Olha, o que a gente poderia aumentar de recurso, como que a gente poderia aumentar recursos para o esporte?”

Veja, a gente tem alguns programas e sei que o secretário está envolvido nisso, a gente tem alguns programas estaduais e federais que são exclusivos do esporte. Então, temos o secretário imbuído na possibilidade, buscando possibilidade de recursos efetivos para ampliar a infraestrutura de esporte na cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

para que ele consiga ofertar uma maior quantidade de modalidades e mais locais para a pratica esportiva.

É importante destacar que o Governo do Prefeito Marcelo Oliveira programa para o próximo dia 08 a inauguração do Ginásio do Zaíra que vai ter diversas modalidades esportivas. Um ginásio moderno que vai trazer competições nacionais e, eventualmente, internacionais, porque é um estádio oficial com capacidade de público, capacidade logística de estacionamento, etc. Isso a gente acredita que alavanca também o interesse da população pela pratica esportiva. Imagina o que pode acontecer num equipamento como esse, de esporte, para a população em torno e do município inteiro? A gente vê que sempre quando é criado um ginásio desse porte, a utilização dele começa lenta até o momento em que ela chega a ser plena. Então, a gente tem aí centenas, milhares de pessoas fazendo pratica esportiva num equipamento como esse.

Essas questões de infraestrutura muitas vezes o município não consegue bancar com sua receita corrente, com sua receita própria, porque ele tem um custeio muito elevado. Então, às vezes ele precisa buscar recurso estadual e federal.

Saindo do esporte e emendando com a resposta ao nosso Vereador Alexandre, da questão da dívida e dos empréstimos. Eu tenho a dizer que o Ginásio do Zaíra está sendo construído com um financiamento que o município conseguiu. O município conseguiu esse financiamento, porque ele teve a condição de sanear as contas, teve a condição de ter o Governo Federal como avalista desse empréstimo, teve a condição de demonstrar que tem a capacidade para pagamento desse financiamento.

Aí eu queria registrar para vocês uma importante visão que ouvi de um antigo Prefeito, que o nosso querido Zé Luiz Cassimiro deve ter conhecido e talvez outros de vocês também conheceram, que é o nosso Nilton Lima, de São Carlos. O Niltão foi reitor da Universidade Federal de São Carlos, Prefeito duas vezes na cidade. Ele sempre dizia, Vereador, que a dívida é como o colesterol. Você tem o colesterol ruim que ataca as suas artérias e tem o colesterol bom, que vem através de alimentos que você come, que faz bem para a saúde. Mas os 02 são colesteróis. A lógica é que há dívidas, como nós temos, de precatórios, que governos não pagaram e nós estamos pagando com juro alto, estamos pagando com muito honorário de advogado; que foram despesas que o município de Mauá recebeu o benefício, há 15, 20 anos, sei lá quantos anos, e hoje ele está pagando por meio do precatório. Há dívidas como o INSS, que também foi decorrente de uma inadimplência ou de inadimplências múltiplas do município, de questões trabalhistas que aconteceram décadas passadas e que nós estamos pagando hoje. Então, esse é o colesterol ruim, é a dívida ruim.

A dívida boa é aquela que você consegue pegar para investir na cidade, no balanço patrimonial. Eu sou contador, não conheço profundamente a contabilidade, eu lido um pouco mais geral de finanças, mas no balanço, quando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ SETOR DE TAQUIGRAFIA

gente faz uma dívida para um investimento no ginásio; a dívida, eu tenho um recurso que entra no meu caixa, porque me endividei. Tenho um passivo. Eu devo aquele valor. Só que, do mesmo jeito, eu contabilizo no meu patrimônio, um ginásio. Não é como a dívida do INSS que o dinheiro vai só sumindo, diminuindo o meu patrimônio. Eu estou pagando uma coisa lá de trás. Então, quando se faz uma dívida calculada, uma dívida com capacidade de pagamento, uma dívida com o Governo Federal como avalista, porque barateia muito o juro; quando se faz uma dívida que o prazo de carência para você começar a pagar é longo e o município vai começar a receber o investimento daquela dívida muito antes de começar a pagar, portanto, ele vai gerar um benefício muitas vezes econômico na cidade, né!... Então, por exemplo, eu conheço bem a dívida de São Bernardo. São Bernardo fez uma dívida para acabar com a enchente. Quando ele acabou com a enchente, ele acabou gerando com o passar dos anos, um benefício econômico, porque tinha ali comerciantes que sofriam todo ano e não sofrem mais com a enchente. Então, o produto dele não precisa ser num patamar tão caro. Então, quando a gente tem esse tipo de dívida que é para investimento na cidade, a gente está falando da dívida boa, porque só com o recurso do imposto, a gente não consegue investir na cidade. O investimento precisa vir do Governo Federal, do Governo Estadual, por meio de emendas, convênios, programas; o PAC agora, né! Importantíssimo! Não vai sair diretamente do bolso da população de Mauá. Ou uma dívida que você faz para pagar no longo prazo e com uma condição muito favorável para o município, que aí seria a dívida boa, o colesterol bom. Basicamente é isso.

(Nota da Taquigrafia: neste momento é feita uma fala fora do microfone impossibilitando assim o registro taquigráfico.)

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Sim, é um recurso do Governo Federal, financiado pelo Governo Federal. 100% Governo Federal. Não pelo município. Caixa Econômica Federal. Recurso do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE – Feitas todas as colocações e as perguntas dos Vereadores, agradeço aqui a paciência e a resposta do nosso secretário.

Agora vamos passar para a 2ª fase. Eu pergunto a assessoria se tem perguntas pela internet? (Pausa).

Temos uma pergunta pela internet. Eu vou ler, para o secretário responder: “Boa noite à Mesa Diretora, aos presentes. Sou o Wagner Santos, estou como Vice Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Mauá. Minha pergunta se refere à intersecção entre a LOA 2026 e o Plano Municipal de Educação, PME.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA

Estamos entrando na fase de construção do novo PME, que é um plano decenal, ou seja, um compromisso de longo prazo que definirá as metas e estratégias para a educação em Mauá pelos próximos 10 anos. A lei orçamentária de 2026 será o primeiro orçamento da vigência desse novo plano. Diante disso, gostaria de perguntar: como está a proposta orçamentária para 2026? Está estruturada para garantir o financiamento e dar o pontapé inicial às metas prioritárias que serão estabelecidas nesse PME? Agradeço e parabeno a gestão pelos recursos públicos. Parabeno o Presidente da Mesa, os presentes, pela brilhante atuação e condução dessa audiência pública”.

Essa é a questão do Vagner.

Não temos mais nenhuma questão feita pelos nossos internautas.

Há algum dos presentes que queira fazer alguma questão.

Peço para você se apresentar e fazer a questão.

A SRA. TATIANA – Boa noite a todos os presentes. Meu nome é Tatiana, sou servidora aqui do município há 21 anos. Atualmente eu estou na Saúde, na atenção básica.

Foi colocada a questão do pagamento pelo item administração para todas as outras Secretarias, a não ser saúde e educação.

Sou efetiva e gostaria de saber qual o valor para efetivos e qual o valor para a Cosan, se dá para gente discriminar, especialmente os valores para efetivos. Só para a gente entender a peça orçamentária direitinho.

Por último eu gostaria de saber quanto por cento neste ano está sendo pensado. Pelo o que a gente tem de estudo, ainda não chegou ao limite prudencial, acho que o máximo que chegou foi a 47%, ou em torno disso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Tatiana.

Mais alguém tem alguma questão?

O VER. LEONARDO ALVES DE CASTRO – Aproveitar que a servidora fez uma pergunta pertinente.

Na maioria das vezes, Vagner, o relatório vinha com as despesas da folha de pagamento. Do recurso total, quanto vai para a folha de pagamento?

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Vereador.

Não há mais nenhuma questão da internet.

Alguma questão dos presentes?



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Não.

Secretário, você tem a palavra para responder as questões, por favor.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Vereador, só um instante que eu estou levantando um último dado para poder passar certinho.

O SR. PRESIDENTE – Nós aguardamos.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Bom, começando pela pergunta do Vagner Santos, vice-coordenador do Fórum Municipal de Educação de Mauá.

Veja, a lei orçamentária anual foi feita com base na programação colocada pela Secretaria que trabalhou com as metas do plano decenal e também com as metas que estão colocadas na lei que teve hoje a 1ª votação aqui na Câmara, que foi o plano plurianual. O plano plurianual também tem metas físicas e financeiras para a educação, inclusive com uma meta que seria eliminar o déficit de vagas nos dois primeiros anos do próximo plano plurianual, 26/27. Então a resposta é sim para a pergunta que ele fez.

Tatiana, é o seguinte, veja, já respondendo também a pergunta do Vereador Leonardo, a folha total pras o ano que vem, que está no orçamento de 26, soma 703 milhões de reais e 99 mil. Essa é a folha total da Prefeitura, estamos falando de servidores da administração direta, pessoas vinculadas ao RH da Prefeitura.

Essa folha estimada deste ano é de 655 milhões de reais. Então, essa folha tem um crescimento em relação à 25 na ordem de 7,32%, que não dá para dizer que esse é o crescimento de salário inflacionário, porque a gente tem também o crescimento vegetativo da folha, novas pessoas contratadas pela Prefeitura, que não estavam. Então elas serão também contempladas com esse aumento da folha.

Então, o crescimento de número de funcionários para o aumento geral da folha nós temos 7,32%. Certo?

Efetivos e comissionados. Aqui no orçamento eu não tenho, pela classificação orçamentária, uma distinção de quanto isso é para efetivos e quanto é para comissionados. Não tenho separado no orçamento. Eu tenho uma classificação de salário.

Aí ela pergunta também quanto que vai ser o repasse para a Cosan, a Fundação do ABC, que é um termo firmado pelo município. Para o ano que vem a estimativa é de 225 milhões e 600 reais que serão repassados para a Fundação. É



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

lógico que a gente não consegue falar o quanto disso é folha e o quanto é de medicamentos, exames, insumos e manutenções diversas da Cosan.

Esse é o valor.

Então, acho que eu respondi as 03 questões que foram colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Secretário.

Não tendo mais nenhuma colocação, quero passar a palavra para o nosso Secretário para as considerações finais.

O SR. VAGNER MINERVINO DA ROCHA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Obrigado, Vereador José Luiz Cassimiro, Vereadores presentes, colegas da Prefeitura. Um agradecimento especial aos meus colegas da Secretaria de Finanças, a Andressa, a Adriana, a Elenice, elas são pessoas diretamente ligadas ao planejamento. Tem outras pessoas que não estão aqui, mas são pessoas valorosas que ajudam muito a gente nesse trabalho, porque, sozinho, obviamente, a gente não faz nada.

Agradeço à Câmara de Vereadores que tem sempre apoiado os projetos que são mandados, não só pelo governo, mas em especial pela Secretaria de Finanças, reconhecendo que o interesse e o comando do Prefeito Marcelo Oliveira é que as coisas andem equilibradas do ponto de vista de finanças. A gente tem conseguido – não é uma coisa fácil – mas tem conseguido cumprir a missão que ele nos cobra todo dia.

Agradeço aos Vereadores e aos colegas da Câmara que nos dão suporte aqui.

Muito obrigado.

Boa noite.

Até a próxima, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Secretário Wagner.

Concluídas todas as fases da audiência, agradeço mais uma vez a presença e a audiência de todos. Esclareço que toda a documentação gerada por esta audiência será juntada ao respectivo processo e encaminhada por cópia de inteiro teor à Secretaria de Finanças, bem como ao Departamento Contábil e Financeiro desta Edilidade, para os encaminhamentos legais.

Faço um agradecimento especial à toda equipe da Câmara, aos funcionários, às funcionárias da Câmara, que não medem esforços para que a gente consiga fazer o trabalho, independente do horário. Quero agradecer a cada funcionário, ao técnico responsável pela transmissão pela internet, à equipe de Libras.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

Quero agradecer toda equipe da Secretaria de Finanças, ao nosso companheiro Dr. Adriano Paciente, que está presente em todas as audiências. Agradecer à assessoria da Secretaria de Finanças, toda equipe, ao Vagner que é o Secretário de Finanças e é meu amigo. Nós temos uma relação muito boa. Ele tem muita competência para desenvolver o trabalho. Está de parabéns.

Agradeço a todos os Vereadores presentes que deram contribuição aqui.

Boa noite a todos.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ENCERRA-SE A AUDIÊNCIA ÀS 19h38min.